

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

ATA Nº 016 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO BENEDITO PINTO (*AD HOC*)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOAQUIM SUCENA (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO HERMÍNIO J. BARRETO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (BENEDITO PINTO) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quinze minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:42 HORAS E REABERTA ÀS 09:24 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO RIVA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido os nobres Deputados Joaquim Sucena e Hermínio J. Barreto a assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS JOAQUIM SUCENA E HERMÍNIO J. BARRETO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 084/00, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, em resposta à Indicação, informando que não dispõe de recursos financeiros para atender solicitação da Federação Mato-grossense de Ciclismo e que a mesma não é cadastrada no Conselho Estadual do Desporto.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA – Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, ontem foi instalada a Comissão de Direitos Humanos, estando presentes este Deputado que ocupa a tribuna, os Deputados Túlio Fontes, Joaquim Sucena e Wilson Teixeira Dentinho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Eu gostaria de comunicar ao Plenário que muito me honra o mandato renovado como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Nós pactuamos honesta e legitimamente de trabalhar juntos, trabalhar coletivamente em defesa dos direitos humanos e do cidadão.

Como primeira iniciativa - levantada pelo Deputado Joaquim Sucena, mas é uma propositura que nós já estávamos levantando também, em comum acordo com os Deputados Túlio Fontes e Wilson Teixeira Dentina -, nós acordamos em convocar o Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Mato Grosso, Dr. Hermes de Abreu.

A Comissão de Direitos Humanos, eu acredito que deva ser unanimidade aqui na Assembléia Legislativa, está perplexa diante de uma sucessão de acontecimentos trágicos e dramáticos no sistema penitenciário, cujos principais cumes foram a chacina na Penitenciária Pascoal Ramos, no dia 03 de fevereiro deste ano, e a chacina no dia 11 de março na Penitenciária da Mata Grande.

Está em curso um jogo macabro, hediondo mesmo, uma disputa atroz entre quem mata mais no sistema carcerário! *Data venia*, a Comissão, eu falo em nome dela aqui por delegação dos Srs. Membros, está perplexa, assim como também está a sociedade, e sem prejuízo de opiniões pessoais, o coletivo acha que o Governo, na pessoa do Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania - e permito-me registrar que o nosso vice-Presidente esteve presente, que é o Deputado Hermínio J. Barreto, e corroborou todas essas nossas decisões -, todo o nosso coletivo da Comissão, assim como a cidade está perplexa, porque teme que isso se transforme numa bola de neve, onde não só rolam cabeças de prisioneiros, mas rola a cabeça, ou melhor, a consciência da cidadania está sendo derrocada na vala de sangue que está nos nossos presídios.

Então, Sr. Presidente, nós estamos entregando uma convocatória, nos termos do Artigo 494, inciso I, promovida pela Comissão de Direitos Humanos, ao Sr. Hermes de Abreu. Queremos que o Sr. Hermes de Abreu - e ele já se pronunciou dizendo que a qualquer tempo e a qualquer hora está disposto a vir depor e prestar esclarecimentos à Assembléia Legislativa - o faça com a maior brevidade possível, não porque seja uma exigência do coletivo do Plenário, mas por ser uma exigência da consciência da cidadania mato-grossense. E que o faça da forma mais ampla possível, porque o diálogo que nós estabelecemos em outra ocasião com o Secretário de Segurança foi prejudicado pela forma regimental e por uma atitude que nós gostaríamos que não fosse repetida com o Secretário Hermes de Abreu.

Uma atitude, assim, de ar superior, daquele que acha que está tudo bem, sem reconhecer que as coisas não estão bem, a partir do reconhecimento de que existem falhas, de que existem demandas não atendidas, e que existe um caminho para se marchar, nós podemos ajudar a superar dificuldades. Agora, diante de uma atitude que não percebe os equívocos da administração carcerária, dos erros governamentais e das insuficiências, que incluem verba, homens, recursos humanos, aí sim nós podemos, ao invés de ajudar, eventualmente travar um debate inócuo e às vezes até político.

Passo às mãos de V. Ex^a, Sr. Presidente, a convocatória, e peço à Mesa que agende com o Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania para que, no mais tardar na próxima semana, ele possa ser ouvido. Muito obrigado.

REQUERIMENTO: A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 494, inciso I, do Regimento Interno, ouvido o soberano Plenário, propõe a convocação do Sr. Hermes de Abreu, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, para prestar à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso informações e explicações sobre as chacinas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ocorridas nas Penitenciárias de Mata Grande e Pascoal Ramos e demais movimentos de protestos de detentos, reeducandos e menores infratores ocorridos em outros estabelecimentos do Estado.

JUSTIFICATIVA

A sociedade mato-grossense foi duramente impactada por notícias de mortes de cidadãos presos em estabelecimentos penitenciários, estando, portanto, sob a guarda do Estado.

Desde o início do ano 2000 ocorreram sucessivas rebeliões em estabelecimentos penais, dentre os quais se destacam, pela violência e dramaticidade, a chamada ‘Chacina de Pascoal Ramos’, no Presídio Pascoal Ramos, no dia 03.02.00, quando foram assassinados 13 reeducandos e feridos outros tantos, e a chamada ‘Chacina da Mata Grande’, ocorrida no Presídio Estadual de igual denominação, no dia 11.03.00, na qual foram mortos 13 presos com requintes de barbaridade, e no dia 13.03.00 houve tentativa de fuga e rebelião entre os menores infratores recolhidos na Delegacia Especial da Criança e do Adolescente, em Cuiabá.

A Secretaria de Justiça e Cidadania, que responde pela administração do sistema penitenciário, até agora não expôs publicamente sua análise sobre estes acontecimentos, e tampouco deu conhecimento dos resultados de suas investigações; da apuração de responsabilidade e das iniciativas decorrentes.

Com esta convocação do Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, estamos possibilitando estabelecer um diálogo público entre o Executivo e o Legislativo, na tentativa de esclarecer os fatos, apurar as responsabilidades e ajudar a buscar soluções que restabeleçam a segurança nos estabelecimentos penitenciários do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 15 de março de 2000.

Deputado GILNEY VIANA - PT

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PL

Deputado TÚLIO FONTES - PSDB

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS

Deputado JOAQUIM SUCENA - PFL

Deputado BENEDITO PINTO - PSDB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente nós temos apenas três minutos no Pequeno Expediente, e não dá para discorrermos sobre tudo o que se faz necessário.

Enquanto o Sr. Dante de Oliveira está desfilando na Vai-Vai, as estradas de Mato Grosso estão intransitáveis. Ele tinha é que estar indo atrás de condições para transporte dos produtos de Mato Grosso pelas estradas! Enquanto ele estava na Vai-Vai, o serviço das penitenciárias “foi-foi”... Está morrendo gente aí! A pena de morte está estabelecida, sem lei, no Estado de Mato Grosso. Responsabilidade de quem? Do Governo Dante de Oliveira! Não existe essa história de intermediário. Chega de morrer gente na Mata Grande e dizer que o Chefe do Serviço Penitenciário é o responsável. É Dante de Oliveira! Isso tem nome.

E é a mesma coisa aqui em Cuiabá. O Sr. Roberto França aumenta em 25% o valor do transporte coletivo em Cuiabá e diz que o responsável é Yenes Magalhães. Roberto França deve ter deixado de ser Prefeito... A essas alturas já deve ter desistido da Prefeitura... Desistiu antes de acabar o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

seu tempo, porque, por favor, vamos parar com essa conversa fiada dos intermediários. Ou é o Prefeito o responsável, ou é o Governador o responsável, ou é essa política infame do PSDB a responsável, ou é brincadeira o que nós estamos vivendo.

Eu gostaria, também, de falar rapidamente, porque vou voltar a este assunto no Grande Expediente, do ICMS sobre energia elétrica. Nós estamos com uma petição - já foram protocoladas centenas de petições individuais, algumas já com ganho, e nós estamos conclamando a população como um todo para protocolizar no juizado -, a petição está pronta, está à disposição no gabinete da Deputada Serys Slhessarenko, na Praça da República, das 15:00 às 18:00 horas, na sede do Partido dos Trabalhadores, para quem interessar possa... Agora mesmo já foi para Sinop... Os Vereadores de Sinop já pediram, os vereadores de muitos municípios estão pedindo por *fax*, está indo pelos Correios, mas estão pedindo por *fax*... A petição está pronta e está sendo oferecida gratuitamente. A petição está pronta, basta que pessoas preencham, anexem...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - ...uma cópia da conta de luz e entrem na Justiça. E nós vamos ganhar, a população de Mato Grosso... Chega de ser assaltado, porque isto é assalto! Até 30% é assalto autorizado pela Assembléia Legislativa, acima de 30% é roubo! E está em 44,87% o ICMS sobre energia elétrica. Isso é roubo! E contra roubo a Justiça tem que se pronunciar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero colocar que segunda-feira passada, às 15:00 horas, a população de Cuiabá e de Mato Grosso lançou o primeiro projeto de lei de iniciativa popular da história.

Conforme o Artigo 8º da Constituição Federal e o Artigo 14 da Constituição Estadual, podemos ter essa prerrogativa, pode haver projeto de lei de iniciativa popular. Se nós pegarmos 1% da população mato-grossense, que representam de quinze a dezesseis mil assinaturas, porque nós temos um milhão e meio de eleitores, nós podemos ter um projeto de lei de iniciativa popular. E agora nós estamos começando - só no lançamento do projeto conseguimos mil e duzentas assinaturas...

Eu quero aqui dizer aos meus colegas Deputados que essa luta não é mais do Deputado Zé Carlos do Pátio, não é mais de um Deputado de Oposição, essa luta agora é de Mato Grosso. Estão aqui cartas de trinta e quatro Câmaras Municipais nos convocando para reduzir os impostos sobre energia elétrica.

Estão aqui, Deputado Nilson Leitão, cartas dos vereadores de Sinop, dos vereadores de Barra do Garças, dos vereadores de Tabaporã, dos vereadores de todo o Estado de Mato Grosso - está aqui documentado. O povo não agüenta mais esse imposto alto do Governo do Estado! O povo não agüenta mais esse imposto de 42,87%!

Estou recebendo telefonemas de todo o Estado de Mato Grosso, e o pior é que esse comitê não é mais, mas está extrapolando a força do Deputado Zé Carlos do Pátio, porque esse comitê, quando esse projeto for votado na Assembléia Legislativa, ele vai escrever uma carta para cada um que assinou o projeto de lei de iniciativa popular para dizer o voto de cada Deputado Estadual. Nós vamos saber quem votou a favor e quem votou contra o povo. O comitê vai comunicar, em cada município, quem está sendo contra o povo e a favor do aumento de 42% dos impostos ao Governo Dante de Oliveira, que ao invés de aumentar a arrecadação está aumentando imposto e diminuindo o poder aquisitivo do nosso povo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Meus caros Deputados, eu não estou aqui fazendo discurso alheio. Está ainda em minhas mãos, e qualquer colega pode ler, trinta e quatro Câmaras mandaram cartas para mim, enviaram Moção de Apoio a minha pessoa, dando apoio, cobrando, querendo saber do seu Deputado, querendo saber como é que está o Deputado Benedito Pinto...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...como é que está o Deputado “a” ou “b”. Como é que está o Deputado Nilson Leitão... Está aqui a carta de Sinop também. Essa coisa agora extrapolou. Essa coisa agora não é luta do Deputado Zé Carlos do Pátio, da Deputada Serys Silhessarenko, do Deputado Gilney Viana, do Deputado Silval Barbosa, nem do Deputado Nico Baracat, é uma luta hoje do povo mato-grossense, Sr. Presidente.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer uma cobrança a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Eu quero fazer uma cobrança a V. Ex^a. A Comissão que foi discutir a ida da Tele Centro Sul, a Diretoria Oeste da Tele Centro Sul para Mato Grosso do Sul, lamentavelmente a Diretoria da Tele Centro Sul foi para Mato Grosso do Sul e não ficou em Mato Grosso por causa do ICMS da telefonia... A Comissão formada pelos Deputados Governistas, principalmente, que prometeram marcar uma audiência com o Governador Dante de Oliveira para discutir o ICMS da telefonia, e até hoje eu não fui convidado para essa audiência, nem o Deputado que representava o PMDB, nem o único Deputado que representava as Oposições, que é o Deputado Nico Baracat, foi convidado para uma audiência com o Governador para discutir o ICMS sobre a telefonia...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Então, Sr. Presidente, eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - O tempo de V. Ex^a se encontra esgotado, nós temos mais quatro oradores inscritos...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero agradecer pelo espaço, e quero dizer a V. Ex^a que nos justifique por que essa Comissão, que fez um compromisso, uma reunião com a Diretoria da Tele Centro Sul e com os Deputados, a respeito da redução do ICMS, até hoje não marcou essa audiência e quando a teremos.

Quero pedir o apoio da Assembléia Legislativa nessa grande campanha nossa para reduzir o ICMS sobre a telefonia e a energia elétrica. Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo prazo que V. Ex^a me deu.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Deputado Riva, Sr. Secretário, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, galerias que nos prestigiam:

O que me traz a esta tribuna é um assunto muito sério, e eu gostaria que o Presidente, a Casa, interferisse para ajudar a resolver um problema sério da nossa região.

Primeiro, mobilizar, Sr. Presidente, cada Parlamentar desta Casa, principalmente os Deputados da região de produção de arroz, que está sendo de grande expectativa para o produtor, mobilizar os Deputados da Bancada Federal para que intervenham junto ao Ministério da Agricultura para a liberação da aquisição da compra do arroz. Hoje, temos uma superprodução de arroz na nossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

região, a região não está preparada para a estocagem, e hoje a especulação e os atravessadores estão arrebentando na questão do preço.

Para os Senhores terem uma idéia, tem região em que estão pagando - e eu estive em Paranaíta, no assentamento São Pedro - até R\$5,00 por uma saca de arroz, quando o preço mínimo do Governo é R\$14,00. Então, eu gostaria que todos os Deputados pedissem à sua Bancada Federal que se mobilizasse. Eu já estou fazendo, mas tenho certeza de que, se nós nos mobilizarmos nesta Casa, nós vamos resolver esse problema e ajudar os produtores.

Outro assunto, Sr. Presidente, refere-se àquela Comissão que foi formada aqui para tratar da questão da divisa de Mato Grosso e do Pará. O INDEA está cometendo uma grande injustiça com aquela microrregião ali. Para começar, a Zona Tampão... O INDEA traçou uma linha, Sr. Presidente, tirando uma comunidade, que é do Estado de Mato Grosso, com terras documentadas nas nossas comarcas, e discriminou essa região, impondo que ela permaneça na “Zona Tampão” do Pará, não podendo atravessar o gado. Esse é um assunto muito sério, para o qual eu gostaria da intervenção desta Casa, para ajudar a resolver esse problema.

Outra coisa, Sr. Presidente, quanto ao INDEA, também na nossa região... Nós temos uma outra alternativa na nossa economia, em que os pequenos trabalhadores, principalmente os da reforma agrária, na questão da produção da banana... A produção de banana lá já tem vistoria de técnicos do INDEA, comprovando que a maioria do plantio não tem contaminação desse mal que está aí, do Panamá, e outros que estão contaminando a banana. E o INDEA simplesmente proibiu a venda da banana...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. SILVAL BARBOSA - Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Proibiu a venda também por essa questão. Então, eu vejo que é uma questão de bom senso e que nós precisamos mais do que nunca da Bancada, de todos os Deputados aqui para ajudar a resolver os nossos problemas. Chegou o período de chuvas, que acabou com toda a malha viária, tanto estadual e municipal como federal. Já temos essa dificuldade dos nossos produtores, agora temos a questão do Governo Federal assolando, com o dinheiro disponível no Ministério da Agricultura, não autorizando a compra do arroz, e mais o INDEA impondo esse sacrifício naquela região da Zona Tampão. Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria da interveniência desta Casa, porque eu tenho certeza de que esse problema será resolvido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Transfiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Nilson Leitão (AUSENTE). Convido o Deputado Benedito Pinto a assumir a 1^a Secretaria.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A 1^a SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito à Assessoria que verifique a presença de Deputados na ante-sala para apreciarmos os Vetos...

Sobre a mesa, Indicação de autoria do Deputado Carlos Brito:

“Indica ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, Deputado Federal Antônio Joaquim Moraes R. Neto, a necessidade de se instalar uma escola estadual de ensino médio no Bairro São João Del Rey, incluindo a programação do Projeto Xané.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Deputado Federal Antônio Joaquim Moraes R. Neto, sugerindo a conveniência de se instalar uma escola estadual de ensino médio no Bairro São João Del Rey e contemplando-a no Projeto Xané.

JUSTIFICATIVA

O Bairro São João Del Rey vem experimentando nos últimos anos um acelerado processo de crescimento, como, aliás, vem ocorrendo com os bairros do Distrito do Coxipó, conseqüência dos grandes projetos que ali estão sendo implantados.

Este aumento da população ali residente suscita o aparecimento de demandas por mais equipamentos urbanos, dentre os quais, sem dúvida, as escolas se situam entre os mais importantes.

Na região abrangida pelo bairro São João Del Rey, o aumento da população em idade escolar, aliado à distância desta região até os educandários em operação atualmente, implicam em dificuldades cada vez mais crescentes para que os estudantes se eduquem adequadamente.

Por essa razão, entendemos que a reivindicação daquela comunidade pela implantação de uma escola que atenda a população em idade escolar da região é justa e merece ser levada em consideração pelos responsáveis, que somos todos nós políticos, em geral, e ao Secretário das áreas em particular, pela regulação do sistema.

Como se trata de um bairro típico de pessoas de média, com baixa renda, nada mais justo que se implemente na região o Projeto Xané, que certamente contribuirá de forma importante na formação daqueles jovens.

Daí a Indicação que, certamente, contará com o apoio desta Casa para sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de março de 2000.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Não há orador inscrito. Passemos à Ordem do Dia.

Em discussão as Indicações apresentadas nas Sessões de ontem e de hoje. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Pesar de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio à família do Desembargador e Diretor do CESUR, Dr. Luís Carlos da Costa Mendes, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 13 do corrente.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Louvor de autoria do Deputado Humberto Bosaipo ao Deputado Gilney Viana, em face do lançamento do livro de sua autoria: Glória, Mãe de Preso Político.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Moção de Louvor de autoria do Deputado Humberto Bosaipo ao Jornalista Wálter Pereira, editor-geral do jornal *A Gazeta* de Campos Belos, pela marcante passagem como radialista e jornalista por Barra do Garças.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar de autoria do Deputado Humberto Bosaipo à família do Senador Rachid Saldanha Derzi, pelo seu falecimento ocorrido no último dia 10 de fevereiro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Louvor de autoria do Deputado Humberto Bosaipo aos organizadores do 14º Vinde e Vede, pela realização do evento.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, ao Sr. Juiz José Luís Leite Lindote, da Comarca de Pedra Preta, pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria do Deputado Eliene, à Srª Tenente-Coronel Lílian Tereza de Lima, pela posse no Comando da Polícia Militar Costa Verde, em Cuiabá.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Teixeira Dentinho solicitando uma Audiência Pública para discutir sobre o Projeto de Proibição da Pesca no Estado de Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Humberto Bosaipo solicitando a convocação de uma Sessão Especial com a finalidade de discutir a Campanha da Fraternidade 2000.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, solicitando a realização de uma Audiência Pública com a finalidade de discutir os Projetos de Lei nºs 30/00, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado de Mato Grosso, e 31/00, que dispõe sobre as viagens e translados turísticos, institui o sistema estadual de agentes econômicos do Turismo.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, solicitando a formação de uma Comissão Especial para visitar a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de elaborar um projeto em conjunto, estabelecendo normas e critérios sobre a pesca predatória e profissional na região.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Requerimento de autoria do Deputado Gilney Viana, solicitando a realização de Sessão Solene alusiva à comemoração do Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial, no dia 21 de março de 2000.

Solicito ao Consultor Técnico-Jurídico que nos informe em que dia da semana foi marcada a Sessão... (PAUSA)...

(NESTE MOMENTO, O SR. CONSULTOR TÉCNICO-JURÍDICO INFORMA A DATA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Determino à Consultoria Técnico-Jurídica que encaminhe o Requerimento ao Cerimonial da Casa, para que se tome as devidas providencias para a realização da Sessão Solene solicitada pelo Deputado Gilney Viana.

Requerimento de autoria do Deputado Carlos Brito, convidando o Sr. Diretor-Presidente da FERRONORTE, Dr. Nelson Sampaio Bastos, a comparecer nesta Casa, em dia e horário a serem ainda agendados, a fim de prestar esclarecimentos sobre a construção da Ferrovia Leste/Oeste.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, solicitando a convocação do Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Sr. Hermes de Abreu, para prestar à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso informações e explicações sobre as chacinas ocorridas nas Penitenciárias de Mata Grande e Pascoal Ramos.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Determino à Consultoria Técnico-Jurídica que agende a vinda do Secretário Hermes de Abreu a esta Casa.

Em função da apreciação dos Vetos, convoco os Deputados Túlio Fontes e Moacir Pires para assumirem a função de escrutinadores, e solicito ao 2º Secretário que providencie as sobrecartas e os votos SIM e NÃO.

Informamos ainda que, de acordo com conversa com o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, serão apreciados os Vetos em que há consenso, os Vetos em que por ventura houver divergências serão levados pelo nosso Líder para a discussão com o Governo.

Aproveitamos ainda a Ordem do Dia para determinar à Consultoria Técnico-Jurídica que elabore uma carta convocando para comparecerem na Sessão de amanhã, quinta-feira, as pessoas indicadas para assumirem os cargos de Diretor Regulador Ouvidor e Diretor Regulador da AGER, bem como o Presidente Regulador da AGER, logicamente acompanhados dos membros do Conselho Consultivo da AGER, para serem argüidos, para fim de votação, uma vez que nós temos sido cobrados, nos termos do Artigo 26 da Constituição Estadual.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Com relação a essa argüição que V. Exª, Sr. Presidente, já marcou para amanhã, como é um caso atípico, pelo menos não é costumeiro nos últimos tempos aqui no Parlamento, eu gostaria de indagar a V. Exª como será essa argüição, já que são vários diretores da AGER, porque eu acho que seria até de bom alvitre, seria mais aconselhável que essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

arguição fosse isoladamente, até porque eu tenho alguns questionamentos a serem feitos que se colocados todos juntos ficará até difícil de se esclarecer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O nosso entendimento é que não há necessidade de arguição de todos os membros. Nós entendemos que a arguição necessária é do Presidente Regulator. Então, nesse caso, nós vamos convidar todos, mas a arguição será especificamente ao Presidente Regulator.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - E se eu solicitar a V. Ex^a, como Deputado e com autorização do Líder da nossa Bancada, para destacar, também, um dos Diretores, pois eu acho que seria muito interessante que ele fosse argüido por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com certeza nós vamos analisar o pedido de V.Ex^a, vamos ver se encontramos amparo no Regimento Interno e na Constituição.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Nós vamos conversar com o Consultor Técnico-Jurídico da Mesa Diretora...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Ex^a está autorizado.

Em discussão única, Veto Total nº 02/00, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 34/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a constituição do Conselho Estadual de Comunicação Social. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Informo ao Deputado Rene Barbour que nós retiramos cinco ou seis projetos de nossa autoria... Nesses projetos, numa discussão mais efetiva com o Secretário de Estado de Comunicação, nós entendemos que podem ser mantidos os Vetos.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses vetos que estamos apreciando na Sessão de hoje, assim como todos os outros que chegam na Casa, passaram pelo crivo da Assessoria Jurídica do Governo do Estado e receberam, ainda, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre sua legalidade.

Portanto, eu solicito da Bancada do Governo, de todos os Srs. Deputados, não derrubarmos aqui Vetos a Projetos inconstitucionais. Então, faço um apelo à Bancada do Governo para que eu não venha aqui em todos os projetos, delongando a nossa Sessão, pedir que votem NÃO a todos os vetos que se encontram em apreciação na Sessão de hoje. Votando NÃO, os Senhores estarão mantendo o Veto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação...

Solicitamos ao Sr. 1º Secretário que proceda à primeira chamada...

Antes, informamos aos Srs. Deputados que, de acordo com o Art. 405, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, votarão SIM... Eu peço a atenção dos Srs. Deputados, porque existe muita confusão nesse sentido. “Votarão SIM os Deputados favoráveis ao dispositivo vetado, e NÃO os favoráveis ao Veto.” Portanto, SIM derruba o Veto, e NÃO mantém o Veto.

Em votação...

Solicitamos ao Sr. 1º Secretário que proceda à primeira chamada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Carlos Brito (AUSENTE), Deputado Carlão Nascimento, Deputado Baú, Deputado Túlio Fontes, Deputado Pedro Satélite (AUSENTE), Deputado Rene Barbour, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Nilson Leitão (AUSENTE), Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE), Deputado Joaquim Sucena, Deputado Moacir Pires, Deputado Nico Baracat, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Silval Barbosa, Deputado Gilney Viana, Deputada Serys Shhessarenko, Deputado Amador Tut, Deputado Benedito Pinto, Deputado Eliene (AUSENTE), Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE), Deputado Wilmar Peres, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Riva...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao nobre Deputado Rene Barbour que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE SEU DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à 2ª chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Carlos Brito (AUSENTE), Deputado Pedro Satélite (AUSENTE), Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE), Deputado Nilson Leitão (AUSENTE), Deputado Eliene (AUSENTE), Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE) e Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, que proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votaram 17 Srs. Deputados; sendo 09 SIM e 08 NÃO.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao arquivo.

Em discussão única, Veto Total nº 05/00, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 143/99, de autoria do Deputado Benedito Pinto, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Pesca - CEP. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Nico Baracat, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao propor esse Projeto aqui na Casa, além de estarmos preocupados com o cumprimento da Constituição Estadual, nós o fizemos com base também em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Estado de Mato Grosso, iniciada pelo Ministério Público, em virtude de não haver o Conselho de Pesca em Mato Grosso.

Nós estamos num período em que se fala muito sobre pesca, e por ser o Estado de Mato Grosso um Estado de dimensões continentais, e estar sendo discutidos diversos assuntos concernentes à pesca no Estado de Mato Grosso, inclusive algumas propostas de suspensão da pesca por determinado período e coisas semelhantes...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Na verdade, quem está hoje gerindo esse movimento todo - que está hoje sob a responsabilidade de um Conselho - é apenas o CONSEMA e, como se não bastasse, no CONSEMA não tem nenhum representante da classe interessada, dos pescadores.

Então, é um Projeto de Lei de suma importância para o Estado de Mato Grosso, não traz nenhuma despesa... Vejam bem, Srs. Deputados, nas razões do Veto, justificada aqui, no seu resumo diz assim: “Assim, a proposição legislativa apresentada, de iniciativa parlamentar, agride as disposições traçadas no Artigo 39, parágrafo único, alíneas “a” e “d”, e Artigo 66, inciso V, todos da Constituição do Estado, visto que a matéria insere-se no elenco constitucional, cujo início do processo legislativo é privativo do Governador do Estado...”

Eu entendo o contrário, se é que eu entendo alguma coisa da Constituição... Eu acho que, por se tratar de um projeto que não traz nenhuma despesa para o Executivo, por se tratar de um projeto que está inserido na Constituição Estadual, a incumbência da Assembléia Legislativa é propor a lei.

Na Constituição Estadual, Deputado Rene Barbour, não está especificado que essa matéria é de competência do Governo. Então, é por isso que os parlamentares, ao propor uma lei... Olhando o lado constitucional, não tivemos nenhum impedimento quanto à aprovação, por esta Casa, da referida matéria. Por outro lado, sabedor que sou de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que o Governo Estadual está sofrendo, iniciada pelo Ministério Público, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, pela falta dessa lei no Estado... Em todos os Estados onde existe organização pesqueira há o Conselho de Pesca. É o Conselho que trata do assunto de um modo geral, que analisa o processo pesqueiro dentro do Estado... Nós estamos vivendo isso hoje como uma matéria complexa, que tem que ser tratada especificamente. A pesca em Mato Grosso é uma matéria complexa e tem que ser tratada pelo Conselho específico.

Baseada em tudo isso, a Assembléia Legislativa aprovou a criação do Conselho de Pesca em Mato Grosso. Então, nesta fala que a Presidência me abre, pela Ordem, apenas para um esclarecimento, eu quero dizer aos Senhores que é importante derrubarmos esse Veto. Eu digo aqui como Deputado do Governo que sou, mas estou olhando por outro lado, e sei que o Governo está sofrendo uma ação do Ministério Público por falta desta lei. Então, eu estou tentando colaborar com o Governo. A aprovação desta lei não traz nenhum custo, nenhuma despesa ao Governo, simplesmente precisamos instalar o Conselho, para que este Conselho possa tratar dos assuntos referentes à pesca em Mato Grosso.

O Conselho é composto pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, por um representante do Ministério Público, pelo Secretário de Estado de Agricultura, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, pela Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, pelo Sindicato dos Pescadores de Mato Grosso, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Mato Grosso, pela Associação Mato-grossense de Ecologia, por entidades representativas do comércio e de pescadores de Mato Grosso, pela Federação do Meio Ambiente, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, pela Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária - EMPAER, pelo INDEA, pela Associação Mato-grossense dos Municípios...

Então, é um Conselho em que o Governo tem ampla maioria para decidir e para colaborar com um assunto tão importante...

O Sr. Moacir Pires - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Eu gostaria de dizer....

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo que restam ao Deputado Benedito Pinto três minutos. Além disso, o Deputado Benedito Pinto está usando a palavra pela Ordem, porque nós abrimos uma exceção, uma vez que o Deputado estava ausente do plenário quando anunciamos a discussão, e por ele ser o autor da matéria nós achamos conveniente que ele usasse da palavra.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

É apenas um breve relato... É uma matéria, Deputado Rene Barbour, que não traz nenhuma despesa para o Estado de Mato Grosso; antes, contribui com o Estado.

Portanto, eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que analisassem com carinho essa proposta, uma vez que é uma proposta interessante para o Estado. Eu fiz um trabalho demorado para apresentar esse projeto, não foi um projeto feito rapidamente. Nós fizemos levantamentos, passamos por várias sugestões de algum movimento que foi feito sobre a Lei da Pesca, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Então, eu creio que o Conselho vem ajudar nesse momento em que está havendo uma discussão tão grande sobre a pesca no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O Sr. Rene Barbour - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, nós saímos do Regimento Interno... Naturalmente, obrigaram-me a vir também aqui falar sobre esse Veto e dizer que nós demos uma oportunidade aos Deputados que têm projetos vetados pelo Governo de retirá-los da Ordem do Dia, para uma nova consulta, porque entrando em votação eu solicito da Bancada do Governo que mantenha todos os Vetos. Que Bancada seria essa do Governo se não viesse aqui dar sustentação à política do Governo?

Eu peço ao Deputado Benedito Pinto que pelo menos se abstenha de votar, mas não defenda aqui a rejeição de um Veto do Governo. Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu estou solicitando a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente, para dizer ao Deputado Benedito Pinto que a sua explanação foi excelente, foi bonita, e realmente é importante a criação do Conselho. Quero dizer que V. Ex^a fez um discurso, convenceu a Bancada de Oposição e a Bancada vai apoiá-lo. A retirada desse Projeto do Líder do Governo, hoje, tira totalmente o papel do Poder Legislativo, que é discutir as matérias, que é criar idéias novas. V. Ex^a colocou a idéia, foi importante! E por que tem que se consultar o Governador, se nós podemos derrubar esse Veto aqui, se V. Ex^a tem o apoio de toda a Bancada de Oposição e de muitos Deputados Governistas que se convenceram com o seu argumento?

Peço a V. Ex^a que mantenha o projeto em votação, porque nós achamos que é relevante, é importante, e o Governador não tem nada a ver com este Parlamento - nós realmente temos que aprovar esse Projeto. Muito obrigado.

O Sr. Moacir Pires - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Benedito Pinto, eu nem era político ainda e já via V. Ex^a defendendo a classe pescadora do nosso Estado. Tenho certeza

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

de que V. Ex^a sabe sobre o que está falando e que este Projeto é de grande relevância para a classe - tenho certeza de que os Deputados aqui desta Casa também vão apoiar V. Ex^a na derrubada do Veto.

Solicito à Bancada do PFL que vote SIM, pela derrubada do Veto do Governador, porque se isso não acontecer, se V. Ex^a retirar o seu Projeto daqui, como disse o Líder do Governo, não há porque ter Deputados na Assembléia Legislativa! Dante de Oliveira é Governador, mas não é Deus! Nós sabemos, nós estamos na base, sabemos o que o povo almeja da Assembléia Legislativa, e foram os pescadores, tenho certeza, que pediram a V. Ex^a para apresentar esse Projeto.

A Bancada do PFL votará SIM, pela derrubada do Veto. Muito obrigado.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO – Eu gostaria... Ontem, foram citadas aqui várias vezes uma frase muito célebre nos Parlamentos do mundo: “O Parlamento é a caixa de ressonância dos interesses e necessidades do povo”! Ontem à noite, tem duas ou três gravações desta frase aqui... Se é a caixa de ressonância, eu tenho certeza de que este Projeto responde e corresponde aos interesses da população desse setor, dessa categoria da população.

O Deputado Benedito Pinto não é de nenhum partido correlato ao nosso, que se aproxime do nosso, mas esse Deputado, nós reconhecemos que ele tem um trabalho nessa área, que ele conhece essa área e que ele não fez esse Projeto da cabeça dele. Eu acompanhei as discussões, audiências, etc., onde ele buscava subsídios, ele buscava discutir com a categoria organizada da área da pesca.

E tem mais, o Parlamento... Está escrito na Constituição, em todas as Constituições e na do Estado de Mato Grosso também, a independência dos poderes, a tão falada e decantada independência dos Poderes, Sr. Líder do Governo. E esses mesmos Parlamentares que votaram a favor do Projeto, na hora da votação do mérito, em aberto, com o povo olhando nas galerias, votaram a favor do povo, a favor do projeto, e agora que o voto é secreto vão votar contra? Por favor, isso nós não estamos mais em tempo, não estamos mais em tempo...

Vamos ter coerência, vamos votar de acordo com o nosso voto na apreciação do mérito, e agora não vamos, porque é um voto escondido na urna... Aliás, não deveria existir voto secreto no Parlamento, deveria ser tudo público, para o povo ficar olhando no olho do Parlamentar para ver quem está votando contra e a favor da população. Por isso eu peço uma coisa só: coerência. Que cada Deputado vote da forma como votou na primeira vez, porque do contrário nós vamos ter que dizer que vamos votar agora a mando do Governador. Muito obrigada.

O Sr. Joaquim Sucena - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou conceder primeiramente ao Deputado Joaquim Sucena, porque ele já havia pedido anteriormente e, em seguida, eu concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, sendo membro da Comissão de Constituição e Justiça e não tendo emitido, na Comissão, o nosso voto, e depois de tantas colocações aqui feitas, da necessidade deste Projeto para o Estado de Mato Grosso, não para a Assembléia Legislativa e muito menos pelo antagonismo com o Governo, nós solicitamos a V. Ex^a, para que nós possamos fazer o voto mais avalizado - e como ainda falta a assinatura de mais um membro da Comissão de Constituição e Justiça -, para que nós possamos, em conjunto com o membro faltante,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

emitir um parecer, solicito, por vinte e quatro horas, vista a este Processo e, ao mesmo tempo, solicito a V. Ex^a a oportunidade de, emitindo o nosso parecer, voltarmos à discussão para que haja uma sensibilização da Bancada do Governo da necessidade deste Projeto, da criação deste Conselho para o Estado de Mato Grosso, que assiste no dia-a-dia a manchetes e mais manchetes na nossa imprensa, colocando a devastação da piscicultura no nosso Estado.

Cresce a piscicultura em nível privado, e os nossos rios cada vez mais estão sendo deteriorados. E, acima de tudo, a pesca predatória dá a Mato Grosso o triste destino de ser o Estado que dificilmente voltará a ter a proteína em abundância para os nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu defiro o pedido de vista a V. Ex^a.

Consulto o Deputado Wilson Teixeira Dentinho se ele usará da palavra mesmo com o Projeto fora da discussão...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Só gostaria de pedir à Oposição que se ponha no seu lugar, porque a questão da Situação, nós vamos cuidar... A Oposição está fazendo discurso aqui, questão de... Eles não conseguem nem votar com eles mesmos! O problema da Bancada do Governo nós resolvemos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

Informo aos Srs. Deputados que o Projeto foi retirado da Ordem do Dia. O pedido de vista foi deferido ao Deputado Joaquim Sucena, que é membro da Comissão de Constituição e Justiça. (O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:31 HORAS.)

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, eu solicito da Mesa Diretora informação a respeito de um Requerimento de nossa autoria que foi aprovado por este Plenário, definindo a formulação de um convite oficial ao Presidente da FERRONORTE para vir a esta Casa dar explicações a respeito de um empreendimento no nosso Estado. Eu recebi um comunicado em meu gabinete de que o Presidente estará em Cuiabá na próxima sexta-feira, convidando, eu imagino, todos os Pares desta Casa a participar dessa reunião que ocorrerá no Palácio Paiaguás.

Eu gostaria de saber se esta Casa encaminhou à empresa a formulação do convite oficial do Legislativo Mato-grossense ou se nós vamos ter essa reunião agregada ao Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Informamos a V. Ex^a que o Requerimento foi aprovado na Sessão de hoje e que está sendo encaminhado.

O SR. CARLOS BRITO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão única, Veto Total nº 08/00, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 180/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que torna obrigatória a anexação do selo de inspeção do IMMEQ nos instrumentos de medição do consumo de energia elétrica. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, em virtude do autor do Projeto vetado não estar presente na Casa, eu peço sua retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu defiro o pedido de V. Ex^a e inverto sua posição na Ordem do Dia, porque V. Ex^a faz justiça ao nobre Deputado Humberto Bosaipo, que está na 1^a Secretaria cuidando dos trabalhos da Casa. Portanto, defiro o pedido de V. Ex^a.

Em discussão única, Veto Total nº 13/00, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 231/99, de autoria do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a sessenta anos, beneficiária da assistência gratuita. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Joaquim Sucena - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, trata-se de um Projeto de valorização da terceira idade. Todos os dias vemos pessoas de idade avançada com pendências ou mesmo com dificuldades de ter o seu direito válido, enfrentando filas, enfrentando, principalmente, as dificuldades inerentes ao Poder Executivo, e aqui, mais do que nunca, quando o Poder Judiciário passa a discriminar, ou mesmo dar o mesmo tratamento às pessoas de idade, muitas vezes essas pessoas não têm a oportunidade de ver decididas pendências que levaram à Justiça. A morosidade, explícita nesse processo do Poder Judiciário, nas suas decisões, faz com que essas pessoas realmente não possam, de maneira alguma, ver os seus direitos, muitas vezes, assegurados pela Justiça.

De modo, Sr. Presidente, tendo conversado com o Deputado autor da proposta, dessa ilustre proposta, dessa válida proposa, quero dizer a V. Ex^a e ao Plenário que votaremos contra o Veto Total nº 13/00 aposto ao Projeto de Lei nº 231/99.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação..

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço atenção da Bancada do Governo, porque quando eu venho aqui pedir a manutenção do Veto, eu não venho discutir o mérito do Projeto, eu venho discutir a inconstitucionalidade do Projeto. Ou então, a nossa Comissão de Constituição e Justiça, que deu Parecer favorável à manutenção do Veto, qual seria a função dela?

Eu discuto que são Vetos inconstitucionais, e nós temos aqui uma Bancada que se chama Bancada de Sustentação do Governo, que tem um canal de ligação com o Governo, que é o seu Líder. Ora, os Deputados que quiserem que eu faça uma ligação para o Governo, que voltem a falar, eu estou pronto a fazê-lo, como já fiz, e o Governo já autorizou. Caso contrário, eu solicito da Bancada coerência, e que se vote NÃO, mantendo todos os Vetos do Governo, senão, não seríamos aqui a Bancada do Governo, mesmo porque temos Parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável à manutenção do Veto. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em votação...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Solicito a palavra, para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu pergunto ao Deputado se é a favor ou contra a manutenção do Veto.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - A favor da derrubada do Veto.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, neste momento, eu gostaria de dizer ao Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, que o nosso Projeto é de suma importância, até baseado na Lei hoje que fizeram para beneficiar a terceira idade. Infelizmente, a questão social o Governo não atacou, não entende dessa questão. Votar contra o Veto é uma questão pessoal, como autor eu gostaria que V. Ex^a, enquanto Líder do Governo, entendesse o meu Projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em votação...

O Sr. Carlos Brito - Solicito a palavra, para encaminhar votação favoravelmente à manutenção do Veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, para encaminhar favoravelmente à manutenção do Veto, é bom que se deixe claro que a regra processual é definida pela União. De nada vai adiantar esta Casa aprovar esse Projeto, criar uma expectativa em uma parcela da população que já se encontra na terceira idade, e aprovarmos aqui uma lei inócua, sem qualquer chance de aplicação real. Esta Casa vai estar dando uma satisfação política, em ano eleitoral e, na verdade, nenhuma providência prática que vá beneficiar os nossos idosos. Portanto, nós estaremos nos enganando e enganando essa parcela que merece todo o respeito da sociedade, porque a lei será inaplicável, mesmo que esta Casa venha a promulgá-la.

Esse é o ponto. Não é querer... É óbvio que temos que nos desdobrar para melhorar as condições de vida dos idosos do Estado de Mato Grosso, mas que façamos isso de maneira prática, de maneira objetiva e principalmente de maneira real. É uma irrealidade aprovar esta matéria, porque ela não terá aplicabilidade. E concluo reforçando o Parecer do Relator da matéria, de que é competência efetiva da União, por se tratar de regra processual. Portanto, voto favoravelmente à manutenção do Veto e acompanho a Liderança do Governo, solicitando aos demais Pares que assim o façam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós já tivemos dois Deputados que discutiram contra a manutenção do Veto e um contrário.

Em votação...

Convido o nobre Deputado Nico Baracat para assumir a 1ª Secretaria e proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Carlos Brito, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Baú, Deputado Riva (AUSENTE), Deputado Rene Barbour, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Nilson Leitão, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Moacir Pires, Deputado Nico Baracat, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Silval Barbosa, Deputado Gilney Viana, Deputada Serys Shessarenko, Deputado Amador Tut, Deputado Benedito Pinto, Deputado Eliene (AUSENTE), Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Humberto Bosaipo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

(AUSENTE), Deputado Wilmar Peres, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Túlio Fontes, Deputado Pedro Satélite...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito que o nobre Deputado Rene Barbour assumo a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE EXERCE SEU DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Riva (AUSENTE), Deputado Eliene (AUSENTE), Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE) e Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE)- Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, que proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram, 20 Srs. Deputados, sendo 13 NÃO e 07 SIM.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao Arquivo.

Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito, e logo após o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu pedi para falar nas Explicações Pessoais para justificar a minha preocupação com o convite oficial, aprovado por esta Casa, ao Presidente da FERRONORTE. Tendo tomado conhecimento da sua estada em Cuiabá na próxima sexta-feira, fico a me perguntar se esta Casa abrirá mão ou não de ter o representante dessa empresa aqui neste Poder Legislativo... Poder este que aprovou proposta do Governo do Estado de ofertar incentivos fiscais dentro dos seus limites para que esse projeto da ferrovia em Mato Grosso pudesse ser viabilizado, um projeto que recebe milhões da SUDAM, e só tem condições de recebê-lo porque adentrou em solo da Amazônia Legal, chegando até Itiquira...

Portanto, fico muito preocupado e já venho falando isso há algum tempo, porque desconhecemos, as autoridades públicas competentes, a definição do traçado que essa ferrovia percorrerá em Mato Grosso. Todas as evidências apontam a disposição de desviar esse traçado daquele definido no projeto original, daquele definido na lei do ex-Senador Vicente Vuolo. Preocupa-nos quando não há uma argumentação sólida ou convincente para que tal providência possa vir a ser levada a efeito. Os prejuízos para Mato Grosso serão imensos, não só da Capital, não só de Barão de Melgaço, não só de Santo Antônio do Leverger, que perderiam esse trajeto original, mas do Estado.

Esta ferrovia não pode vir a ser mais um dreno para a produção de Mato Grosso. Nós temos que colocar fim à cultura extrativista, que durante muitos anos imperou neste País, em que o Sul e o Sudeste, mais desenvolvidos, vêm aqui no Centro-Oeste, no Norte, captam a nossa produção primária, levam para beneficiar lá embaixo, no Sul, e depois nos devolvem o mesmo produto, para que possamos comprar por preços absurdos, gerando matéria-prima barata - e compramos um produto de valor agregado e caro! Portanto, essa ferrovia não pode ser um dreno, ela tem que ser aquilo que nos foi prometido, aquilo com que sonhamos, um instrumento de desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria muito de entender por que essa idéia da alteração desse traçado. Ora, se o traçado já está definido em lei, está definido pelo projeto que foi apresentado na época da concessão pública... A empresa é privada, mas a concessão é pública! Ela tem que discutir,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

sim, com o Governo, com as prefeituras, com o Governo Estadual, com esta Assembléia Legislativa e com a sociedade mato-grossense. Nós não podemos deixar o Estado de Mato Grosso ficar aquém de uma empresa, por maior que seja. Mesmo que este seja um megaprojeto, ainda assim a soberania de Mato Grosso deve prevalecer.

Gostaria, inclusive, que esta Casa procurasse saber qual é o novo traçado que a empresa está propondo, passando por Campo Verde, por Dom Aquino, por Primavera do Leste, saindo em Chapada dos Guimarães... Ora, por lá, sim, haverá muitos problemas ambientais.

Eu gostaria de saber dessa empresa qual a faixa que ela vai percorrer e, principalmente, quem são os fazendeiros que vão ter as suas terras cortadas pela ferrovia se esse traçado for alterado. Se nós tivermos acesso a essas informações, com certeza nós vamos entender muita coisa, porque denúncias há de que as dificuldades começam por aí.

Portanto, a demora em apresentar o traçado à sociedade mato-grossense é para que nós não possamos “levantar essa lebre” e saber as razões da insistência da alteração desse traçado.

Esta Casa precisa saber, sim, por onde ela vai passar, na terra de quem ela vai passar e que pessoas serão beneficiadas nas suas propriedades particulares - se elas têm influência na SUDAM, em Brasília, para aprovar os recursos... Quem sabe, pode ser uma coincidência! Eu não quero ser aqui leviano, sem ter a comprovação...

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado.

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, nobres Pares, nós temos que ter bastante cautela para não tolhermos de uma vez por todas a chegada do trem em Cuiabá. Se nós ficarmos aqui guerreando, simplesmente por causa de partilha de cada município ou da própria Capital, tornando inviável economicamente o sistema, ninguém vai fazer investimento para o trem chegar aqui. Então, vamos ter que ir com bastante cautela, vamos ter que trabalhar com mais objetividade.

Concordo com a sua mensagem, em saber o porquê, como, quem, qual é o interesse, mas não assim, pondo pedra na frente, senão nós não vamos conseguir realizar. E o Estado de Mato Grosso, talvez eu não precise, talvez V. Ex^a não precise, mas o Estado de Mato Grosso precisa dessa ferrovia de fato, não vou dizer em Cuiabá, mas trafegando no Centro-Oeste, chegando até Belém e chegando também no Estado de Rondônia - disso nós precisamos. Se passa dez, quinze ou vinte quilômetros fora de Cuiabá, não é o número que importa para nós, o que importa é que ela passe por aqui. Nós temos que ter essa coerência, essa responsabilidade de não atrapalhar, mas fazer com que isso aconteça.

O SR. CARLOS BRITO - Eu agradeço ao Deputado Amador Tut, respeito sua opinião e gostaria de convidá-lo a participar mais das discussões. Com certeza, municiado de maiores informações, V. Ex^a veria que aqui não há exagero algum. Exagero, sim, haverá se deixarmos de cumprir o nosso papel enquanto Parlamentares e representantes da sociedade mato-grossense.

É legítimo que Parlamentares pensem diferente, que defendam posicionamentos diferenciados. Nós queremos saber o traçado da ferrovia, uma concessão pública autorizada e que recebe recursos públicos. Ora, nós estamos brincando de que aqui? De sermos autoridades, de termos um mandato popular? A empresa vem e ganha uma concessão pública que vai lhe dar lucro, com certeza, porque se assim não fosse, de bonzinho não tem nada aí, e nós temos que assistir passivamente, a seu bel-prazer? Negativo! Nós precisamos ter clareza desse traçado, não queremos mais do que isso! O restante é consequência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Por que tanta resistência em dizer ao povo mato-grossense: “É por aqui que vai essa ferrovia”? Por que tantas reticências? É aí que nós perguntamos, e me proponho ao debate, por que essa ferrovia tem que passar em Cuiabá, e com certeza teremos argumentos suficientes para provar porque ela tem que passar em Cuiabá e qual o reflexo negativo para todo o Mato Grosso se isso não vier a ocorrer.

Portanto, gostaria de deixar marcada esta posição, antes mesmo de sexta-feira, quando estará aqui o Presidente da FERRONORTE, e eu não sei se esta Casa terá tempo hábil de formular esses questionamentos. Esse traçado precisa ser apresentado à sociedade...

Eu não sei, fica margem para as dúvidas, fica margem para várias versões... Por que não se quer definir o traçado? Até Itiquira foi definido para poder entrar na SUDAM e receber duzentos milhões, até Rondonópolis vai chegar... Ótimo, e tomara que passe por Rondonópolis e pelo maior número possível de municípios. Agora, sem que isso represente o interesse apenas da empresa, o interesse maior é da sociedade, ela é uma prestadora de serviço, por uma concessão pública. Por mais famosos que sejam seus proprietários, ainda assim é o cidadão mais humilde, mais simples de Mato Grosso que ajuda a pagar a conta. Nós não podemos ser omissos nesse processo.

Portanto, conhecer o traçado é fundamental. Por que não querem apresentar? Estão com medo da especulação imobiliária? Poderia ser uma justificativa. E os investidores outros? E a perspectiva de investimento dos demais setores que se beneficiarão com este empreendimento? Esses podem ficar no prejuízo, esses podem ficar para depois... A geração de renda, a previsão de geração de emprego, o interesse público na organização, na preparação do Estado e dos municípios para que esse desenvolvimento venha e seja explorado, o melhor possível, para o povo... E por que pode ficar para depois? Para a empresa não ter prejuízo? Ora! Ela entrou na concessão porque quis. Ganhou; agora, que cumpra o seu papel. Eu não vou me calar e aceito o debate.

É fundamental que conheçamos esse traçado. Se o Presidente da FERRONORTE vier e não apresentar esse traçado de nada adiantará a sua vinda, porque as dúvidas e as especulações continuarão. E volto aqui a afirmar: esta Casa precisa fazer valer o convite formal que será encaminhado, segundo informação da Mesa, ao Presidente da empresa. Inicialmente, eu havia proposto uma convocação, mas fui convencido e entendi os argumentos de que o convite oficial era o melhor caminho, mas não abro mão de outras providências, até judiciais se necessário for, para que tenhamos acesso a essas informações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Apenas a título de sugestão, Deputado Carlos Brito, quero dizer que acho de suma importância essa discussão. Eu gostaria que, se houver a concordância dos nobres Pares, encaminhássemos esse convite ao Presidente da FERRONORTE, colocando o assunto que iremos tratar para que ele já venha preparado para discutir. Senão, ele virá aqui e pedirá mais um prazo, e no fim a produtividade da sua vinda para cá será menor.

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Eu acato a sugestão da Mesa e, mais do que isso, quero lembrar que desde o ano passado nós temos uma proposição de Audiência Pública aprovada para discutirmos a ferrovia em Mato Grosso, faltando fazer o agendamento. Ainda assim, eu aceito fazer o expediente. Se as respostas forem convincentes nós poderemos até repensar essa questão da Audiência Pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Carlão Nascimento, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Wilmar Peres (PPS), Romoaldo Júnior (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para hoje à noite, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda.